



A POLÍTICA EDUCACIONAL DA FIESC NA REVISTA *INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE*¹

FIESC's educational policy in the magazine Indústria & Competitividade

SILVA, Mariléia Maria da²

TEIXEIRA, Rodrigo Kaufmann³

RESUMO

O presente artigo visa apresentar uma análise de aspectos da política educacional da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) expressa na revista *Indústria & Competitividade*. O estudo, de tipo documental, teve como escopo de análise as primeiras 16 edições impressas da revista *Indústria & Competitividade*. Constatou-se que a FIESC difunde conceitos e apresenta formulações para a educação contemplando aspectos relacionados à qualidade da educação, da escolaridade, da produtividade dos trabalhadores, do modelo educacional, do currículo das escolas e universidades, e da formação de professores. Tais formulações são analisadas à luz da perspectiva gramsciana, para a qual a atuação do Estado burguês produz as condições fundamentais para conformar a classe trabalhadora à lógica do mercado, amoldando-a ideologicamente na manutenção do capitalismo como única possibilidade de sociabilidade, e assim buscando o apassivamento da luta de classes. Isso, por sua vez, gera a necessidade de apreender as reais dimensões da relação público *versus* privado e as formas concretas de enfrentamento e resistência à ordem do capital.

Palavras-chave: Política educacional. FIESC. Revista Indústria & Competitividade.

ABSTRACT

This article aims to present an analysis of aspects of the educational policy by the Federation of Industries of the State of Santa Catarina (FIESC) expressed in the journal *Indústria & Competitividade*. Characterized as a documental type, a research had as scope of analysis the first 16 printed issues of the journal *Indústria & Competitividade*. It was verified that FIESC disseminates concepts and presents formulations for education contemplating aspects connected to the quality of education, schooling, workers' productivity, the educational model, the curriculum of schools and universities, and teacher training. Such formulations are analyzed in the light of Gramscian perspective, for which the action of the bourgeois State produces the fundamental conditions to conform the working class to the market logic, ideologically molding it in the maintenance of capitalism as the only possibility of sociability, and thus seeking to make the class struggle innocuous. This, in turn, generates the need to apprehend the real dimensions of the public versus private relationship and the concrete ways of confrontation and resistance to the order of capital.

Keywords: Educational policy. FIESC. Journal Indústria & Competitividade.

¹ O presente artigo é resultante de pesquisa de mestrado defendida por Rodrigo Kaufmann Teixeira no Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC e de estudos ao abrigo do grupo de pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação (LUTE) da UDESC no qual estão inseridos os autores. A pesquisa de mestrado, em razão de sua natureza documental, foi dispensada de avaliação pelo Comitê de ética e contou com financiamento mediante bolsa de pesquisa CAPES.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Titular do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: marileiamaria@hotmail.com

³ Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Graduação em Educação Física pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Professor de Educação Física da Rede Municipal de Educação de Biguaçu/SC. E-mail: rodrigokauf@gmail.com

INTRODUÇÃO

O artigo em tela tem como propósito analisar alguns aspectos da concepção da política educacional da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) presentes na revista *Indústria & Competitividade*, periódico produzido pela própria FIESC. Derivado de uma pesquisa de mestrado em educação, a delimitação do objeto de estudo ocorreu com base na intensa atuação da FIESC no campo educacional catarinense, que não se restringe ao âmbito da educação escolar, comportando também iniciativas com vistas a disseminar e legitimar sua concepção de mundo, como no caso da criação da revista *Indústria & Competitividade*.

O interesse em analisar as proposições contidas nesse veículo – que não é propriamente uma revista especializada em educação, mas apresenta inúmeras matérias vinculadas à área – justifica-se pela possibilidade de apreender as principais determinações no tocante à instrução e preparo da classe trabalhadora por parte da FIESC, um importante canal representativo das frações burguesas no Brasil e, em particular, em Santa Catarina.

Cabe esclarecer que a perspectiva teórico-metodológica a orientar este estudo fundamenta-se em Gramsci, por compreender que suas análises sobre o Estado moderno burguês levam a apreender que a clivagem “público *versus* privado” – comumente presente nos estudos sobre políticas educacionais que denunciam a interconexão da educação pública aos interesses empresariais – revela-se insuficiente quando tal problemática é redimensionada à perspectiva de totalidade. Para Gramsci (2014, p. 258, grifos no original): “[...] por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”. Assim, para o autor, trata-se de compreender a natureza do Estado integral ou ampliado, composto organicamente tanto pelo Estado restrito quanto pela sociedade civil, essa organizada a partir de seus aparelhos privados de hegemonia (APH). Nas palavras de Liguori (2007, p. 21, grifos no original): “[...] tais aparelhos hegemônicos, aparentemente ‘privados’, na realidade fazem plenamente parte do Estado e, portanto, nos permitem falar de ‘Estado ampliado’”. Dito isso, a FIESC é aqui tomada como um importante aparelho privado de hegemonia (APH) das frações burguesas industriais em Santa Catarina, que age com propósito de criar um terreno ideológico favorável aos seus interesses, em plena consonância com o aparato governativo.

Conforme aponta Rodrigues (1998), a investida do empresariado na educação brasileira pode ser observada nas décadas de 1980 e 1990, quando participou ativamente do debate educacional por meio da articulação do binômio modernização-qualificação profissional. Nesse período, os empresários defenderam publicamente⁴ um modelo de formação profissional mais “moderno”, leia-se ‘mais ajustado’, aos novos requerimentos produtivos, próprio do atual padrão de acumulação capitalista, o toyotismo. No presente momento, o discurso do empresariado industrial catarinense tem se traduzido no estímulo ao aumento da produtividade por meio da educação. Por isso, torna-se relevante elucidar qual a política educacional defendida pela FIESC na atualidade e que

⁴ Rodrigues (1998) elaborou em seu estudo uma análise de alguns documentos publicados pela CNI, são eles: *Competitividade industrial: uma visão estratégica para o Brasil*, de 1988; *Educação básica e formação profissional: uma visão dos empresários*, de 1993; *SENAI, Desafios e oportunidades: subsídios para discussão de uma nova política de formação profissional para a indústria no Brasil*, de 1994; e *Modernização das Relações de Trabalho: princípios e objetivos*, de 1995.

é veiculada em seus canais de comunicação, mais precisamente nas publicações da revista *Indústria & Competitividade*.

Como procedimento metodológico recorreu-se à pesquisa do tipo documental, em que os documentos constituem a principal fonte de dados. Desse modo, compuseram nosso *corpus* documental as primeiras 16 edições impressas da revista *Indústria & Competitividade*, publicadas entre 2013 e 2017, e também localizadas no endereço eletrônico da FIESC.

Inicialmente foi realizada uma leitura completa das 16 publicações da revista *Indústria & Competitividade* com o intuito de mapear as temáticas recorrentes. Na sequência foram selecionadas, em cada edição, as matérias que apresentavam alguma conexão com a questão da educação; procurando identificar os temas referentes às políticas educacionais que servissem para análise das proposições da FIESC para a educação pública.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira são apresentados alguns aspectos da FIESC a partir do seu viés educacional e seu interesse pela educação, bem como uma caracterização do formato e conteúdo da revista *Indústria & Competitividade*. Na segunda exibe-se as formulações da política educacional da FIESC, expressas na referida revista, visando identificar e refletir sobre seus diagnósticos e suas proposições para a educação. E nas considerações finais retoma-se a problemática central abordada no artigo, buscando apreender suas principais determinações e contribuir para a reflexão crítica sobre a presença crescente do empresariado na definição das políticas públicas para a educação.

A FIESC E A REVISTA INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE

A FIESC constitui-se como a principal entidade de representação do empresariado industrial de Santa Catarina, sendo filiada à Confederação Nacional da Indústria (CNI). Criada em 1950, a FIESC tem como propósito representar os interesses dos empresários industriais catarinenses extrapolando os limites das instâncias sindicais patronais. Esses interesses direcionam-se, conforme a própria entidade, na busca por melhores condições de infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social do estado de Santa Catarina (FIESC, 2015).

Tal caracterização nos conduz a compreender a FIESC como um importante aparelho privado de hegemonia, na formulação gramsciana, cuja apreensão nos remete ao conceito, já referido, de Estado integral. Isto é, “[...] em seu sentido orgânico e mais amplo como o conjunto formado pela sociedade política e sociedade civil” (BIANCHI, 2007, p. 28). Nesse caso, a sociedade civil é formada por um conjunto de organismos definidos como privados, na qual a hegemonia é exercida pelo grupo dominante; já a sociedade política consiste no domínio direto, que se expressa no Estado e no governo jurídico (GRAMSCI, 2010).

Mendonça (2014, p. 35, grifos no original), no que lhe concerne, nos auxilia a compreender essa concepção de Estado integral a partir dos conceitos de sociedade política e sociedade civil em Gramsci:

O primeiro termo é bastante claro na obra de Gramsci, referindo-se ao Estado em seu sentido restrito – ou seja, os aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem, sendo por ele também denominado de “Estado político” ou “Estado-

governo”. A despeito de menos clara e mais complexa nos *Cadernos*, a noção de sociedade civil implica no conjunto dos organismos chamados de “privados” ou “aparelhos privados de hegemonia”, no sentido da adesão voluntária de seus membros. Dentre esses aparelhos Gramsci destaca igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos e imprensa. É em torno a eles que se organizam as vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados.

Assim, reitera-se a compreensão da FIESC como um aparelho privado de hegemonia da classe burguesa, pois sua existência necessita de adesão voluntária de seus integrantes, ou seja, dos empresários industriais catarinenses. E, ao se organizarem dessa maneira, atuam visando difundir para toda a sociedade sua visão de mundo, incluindo aí a educação da classe trabalhadora, buscando criar um consenso ativo.

Quando nos referimos à classe trabalhadora, estamos reconhecendo que essa é portadora de uma mercadoria especial, fundamental no modo de produção capitalista, que é a força de trabalho. Conforme Marx (2013, p. 312), força de trabalho diz respeito ao “[...] complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. No capitalismo, a força de trabalho adquiriu certas particularidades pelas quais se tornou uma mercadoria, que é “[...] antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2013, p. 157). A mercadoria possui dois fatores: valor de uso e valor de troca. O primeiro é determinado pela sua utilidade, consumo, ou seja, qualitativo; já o segundo se constitui na proporção em que pode ser trocado por outra mercadoria de qualidade diferente, isto é, de ordem quantitativa (MARX, 2013).

Em relação à adequação da força de trabalho, Marx (2013, p. 318) expõe que

Para modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo do trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica, faz-se necessária uma formação ou um treinamento determinados, que, por sua vez, custam uma soma maior ou menor de equivalentes de mercadorias. Esses custos de formação variam de acordo com o caráter mais ou menos complexo da força de trabalho.

Nesse sentido, com o propósito de adequar a força de trabalho para a indústria a FIESC, logo no começo de sua constituição, buscou criar entidades educacionais, tal como fez a CNI na esfera nacional. Para tanto, instituiu as seguintes entidades regionalizadas: a) Serviço Social da Indústria (SESI), criado em 1951, que atua na saúde e na educação dos trabalhadores da indústria; b) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), institucionalizado em 1954, que opera na educação profissional; c) Instituto Euvaldo Lodi⁵ (IEL), originada em 1969, articula a indústria, as agências de fomento e as instituições de ensino e pesquisa (FIESC, 2017). Levando em consideração as formulações teóricas de Marx, entende-se que a criação do Sesi, SENAI e IEL está, obviamente, relacionada ao processo de formação da classe trabalhadora, portanto está adequando uma força de trabalho correspondente aos interesses da burguesia industrial.

Atualmente essa preocupação vem se mantendo e assumindo novos contornos. Em 2012, a FIESC lança o movimento A Indústria pela Educação, que, nas palavras da entidade, buscaria “[...] elevar a escolaridade básica e a qualificação profissional dos trabalhadores e contribuir para a melhoria da qualidade da educação catarinense” (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2016, p. 58). Em 2016, com a adesão de outras

⁵ Primeiro presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

federações empresariais catarinenses⁶, de organizações de representação dos trabalhadores⁷, e de diversas entidades⁸, inclusive do Estado⁹, essa iniciativa passou a ser denominada de Movimento Santa Catarina pela Educação.

A revista *Indústria & Competitividade* é uma das formas de expressar a visão de mundo da FIESC e propagar sua política educacional. O periódico surgiu em 2013, quando Glauco José Côrte¹⁰ exercia seu primeiro mandato à frente da FIESC. Segundo Côrte (2013), seu surgimento teria ocorrido por dois motivos: desejo e necessidade. O primeiro diz respeito à vontade de possuir bons meios de comunicação com a sociedade e de expor as realizações do setor empresarial e de seus empresários; e o segundo se traduz na necessidade de manter a indústria competitiva em âmbito global. Ademais, de acordo com a FIESC, a revista teria sido “[...] concebida para se inserir numa dimensão essencial do espaço público: o debate sobre o desenvolvimento econômico e social do Estado [sic] e do País” (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2013, p. 7).

Caracterizada como um material de divulgação da FIESC e do setor que ela representa, ou seja, a indústria catarinense, a revista é destinada a empresários, políticos, imprensa, entre outros; e circula quadrimestralmente de forma impressa¹¹ em empresas, sindicatos patronais, escolas, universidades e bibliotecas. Além disso, é possível acessar seu conteúdo na Internet a partir do *site*¹² da FIESC. Em relação à apresentação gráfico-textual, pelo menos até a 16ª edição, a capa alude à principal matéria de cada edição, além de citar outras em destaque, e na contracapa encontra-se material publicitário. Na primeira página há uma seção, de página inteira, intitulada Carta do Presidente, reservada ao presidente da FIESC, na qual procura situar o leitor sobre o conteúdo da edição. E na página seguinte, no expediente, encontram-se os nomes dos integrantes da gestão do Sistema FIESC (incluindo a Diretoria Executiva), bem como da equipe da revista. Nessa mesma página, localiza-se o sumário, que exhibe as seções temáticas e breves informações sobre as matérias contidas na edição. Para melhor visualização da revista, segue a Figura 1.

⁶ Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina (Fecomércio SC) e Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado de Santa Catarina (Fetrancesc).

⁷ Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santa Catarina (FETIMMESC), Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (FETICOM) e Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Mobiliário de Brusque (SINTRICOMB).

⁸ Movimento Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, entre outras.

⁹ Governo de Santa Catarina, prefeituras municipais, secretarias municipais de educação e câmara de vereadores de municípios catarinenses.

¹⁰ Presidiu a FIESC de 2011 a 2018. Atualmente é membro titular do conselho de representantes da CNI.

¹¹ Segundo consta na revista, a tiragem impressa é de 5 mil exemplares (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2013).

¹² As edições na versão *on-line* estão disponíveis em: <http://fiesc.com.br/revista>.

Figura 1: Imagens da capa, da seção "carta do presidente" e do sumário da 1ª edição da Revista *Indústria & Competitividade*



Fonte: Teixeira (2019), a partir da 1ª edição da revista *Indústria & Competitividade*.

O conteúdo consiste em matérias que versam sobre economia, gestão, logística, sustentabilidade, educação, entre outros assuntos (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2013). Portanto, não se trata de uma revista que visa discutir exclusivamente o tema educacional. Na verdade, com base nas seções temáticas presentes no sumário das primeiras 16 edições, verifica-se que a proporção de matérias sobre educação, em relação às outras áreas, é pequena. De um total de 157 matérias identificadas a partir do sumário, apenas 13 pertencem à seção Educação, o que representa 8% de matérias. No entanto, pode-se afirmar que a temática educacional comparece nas demais seções, porém, de forma diluída. A quantidade de matérias publicadas na revista varia entre 10 e 12 por edição (incluindo o texto da seção Carta do Presidente). A maioria enquadra-se no formato de reportagem, contendo imagens, infográficos e tabelas; mas também se encontra matérias na forma de entrevistas, artigos de opinião e material publicitário, que tem como anunciantes o próprio Sistema FIESC (por meio de suas entidades), empresas da indústria e do comércio, e até o governo do estado catarinense.

A respeito da autoria das matérias, a maioria possui autor identificado, dentre eles destaca-se: Glauco José Côrte, Vladimir Brandão, Diógenes Fischer, Fabrício Marques, Mauro Geres, Mozart Neves Ramos, e Luiz Carlos Cancellier de Olivo. Côrte é o único que compõe efetivamente os quadros da FIESC. Já Brandão, Fischer, Marques e Geres são jornalistas que fazem parte da equipe da revista *Indústria & Competitividade*. Ramos e Olivo não possuem vínculo orgânico com a FIESC.

Para se ter um panorama acerca do material selecionado para o presente estudo, foi elaborado o Quadro 1, com o título, autoria, formato do texto e respectiva edição da revista *Indústria & Competitividade*. No tópico seguinte é apresentada uma análise do material selecionado.

Quadro 1: Matérias da revista Indústria & Competitividade selecionadas para análise

Título	Autoria	Formato do texto	Edição
Sem gente instruída não há indústria competitiva	Diógenes Fischer	Reportagem	Número 1 – Setembro 2013
Pé no acelerador da educação	Mozart Neves Ramos	Entrevista	Número 4 – Julho 2014
Lugar de estudantes também é na fábrica	Fabício Marques	Reportagem	Número 6 – Março 2015
Os jovens “têm-têm” dão o exemplo	Fabício Marques	Reportagem	Número 7 – Julho 2015
Produtividade é com a gente	Mauro Geres	Reportagem	Número 8 – Novembro 2015
Desafios para aproximar academia e indústria	Luiz Carlos Cancellier de Olivo	Artigo de opinião	Número 10 – Julho 2016
O despertar do capital humano	Vladimir Brandão	Reportagem	Número 11 – Novembro 2016
Mestres de nova geração	Sem autor identificado	Reportagem	Número 12 – Abril 2017
Oportunidades batem à porta	Glauco José Côrte	Editorial	Número 13 – Julho 2017

Fonte: Teixeira (2019) a partir das edições da revista Indústria & Competitividade.

REFLEXÕES SOBRE OS DIAGNÓSTICOS E AS PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS DA FIESC NA REVISTA INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE

As proposições de políticas educacionais presentes nas edições da revista *Indústria & Competitividade* partem de diagnósticos feitos pela própria FIESC em diversos âmbitos. Tais formulações são realizadas por integrantes de seus quadros (diretoria da instituição e das entidades SENAI, SESI e IEL), membros da equipe da revista *Indústria & Competitividade* e intelectuais orgânicos¹³ da burguesia brasileira. Será oportuno adotar aqui procedimento mais descritivo para apresentar algumas abordagens de temas relativos à educação extraídos das edições da revista, quais sejam: qualidade da educação; escolaridade e produtividade dos trabalhadores; modelo educacional; currículo das escolas, das universidades e dos professores.

Em relação à qualidade da educação, Fischer (2013, p. 16) critica a realidade brasileira afirmando que “[...] sua baixa qualidade é atestada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Pesquisas da entidade situam os alunos brasileiros nas últimas colocações da classificação global de proficiência em matemática, leitura e ciências”. Essa pauta, qualidade da educação, é tratada na revista *Indústria & Competitividade* em diversas edições¹⁴. Segundo Geres (2015), a qualidade da educação precisaria ser avaliada sob duas ações: torneios de educação profissional e avaliação em larga escala. Em relação aos torneios de educação profissional, Côrte

¹³ Gramsci (2010) diz que cada classe cria para si camadas de intelectuais orgânicos que lhe dão homogeneidade e consciência do próprio papel no âmbito econômico, político e social.

¹⁴ Aparecem nas edições de número 1, 4, 8, 10, 11 e 16.

(apud GERES 2015, p. 52) diz que “A WorldSkills¹⁵ permitiu comparar a educação profissional brasileira com o que há de mais avançado no mundo em tecnologia, preparação de professores e organização curricular”. Já sobre a questão da avaliação em larga escala, Geres (2015) está se referindo à avaliação do Programme for International Student Assessment¹⁶ (PISA) da OCDE, que visa avaliar o conhecimento dos estudantes em matemática, leitura e ciências.

Acerca do nível de escolaridade e produtividade dos trabalhadores, Fischer (2013) chama a atenção para o dado¹⁷ de que 53% dos trabalhadores da indústria de Santa Catarina não possuem escolaridade básica completa, número que equivale a 400 mil pessoas. Côrte (apud FISCHER, 2013, p. 18), por sua vez, diz que: “Há uma relação direta entre educação, produtividade e capacidade de inovar”. Argumentos que os intelectuais da FIESC expressam para reiterar a preocupação com a produtividade do trabalhador brasileiro, e ainda mencionam que o Brasil ocupa a 77ª posição na classificação de produtividade da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ficando atrás de Venezuela, Chile, Argentina e Peru; fator atribuído à menor média de anos de estudo dos trabalhadores brasileiros em comparação com os países vizinhos (FISCHER, 2013).

A proposta dos empresários para elevar a escolaridade e, conseqüentemente, a produtividade dos trabalhadores, expressa na revista *Indústria & Competitividade*, consiste na oferta de formação pelas próprias empresas do setor¹⁸ (ou em parceria com o Sistema FIESC por meio das entidades SENAI, SESI e IEL). Essa iniciativa tem o intuito de mostrar como as empresas se beneficiariam ao investir na qualificação de seus trabalhadores, de forma a aumentar a produtividade. De acordo com um dado apresentado na revista, um “[...] trabalhador com cinco anos de escolaridade é 54% mais produtivo que o trabalhador com dois anos de escolaridade” (BRANDÃO, 2016, p. 28).

O modelo educacional é outro ponto que merece atenção nas edições da revista *Indústria & Competitividade*. Alegam que o atual modelo de educação no Brasil não possui um direcionamento para o mercado de trabalho, o que prejudicaria a produtividade da indústria. Ademais, a FIESC critica esse modelo, que apenas visa direcionar os estudantes à universidade (FISCHER, 2013). Há uma exposição de argumentos baseados em alguns dados, mas sem indicação de fontes, apontando que

[...] apenas 6,6% dos brasileiros entre 15 e 19 anos cursam o ensino profissionalizante junto com a educação regular, enquanto na Coreia esse índice é de 50%, na Alemanha é de 53% e no Japão de 55%. Isso acontece porque a visão que se tem do ensino no Brasil é voltada para direcionar o aluno à universidade. (FISCHER, 2013, p. 23).

O problema do atual modelo de educação, segundo consta na revista, também se refere ao distanciamento da escola em relação ao “mundo juvenil”. Há uma entrevista com Mozart Neves Ramos, feita por Fabrício Marques, na qual é mencionada essa problemática. Para Ramos (2014, p. 6),

¹⁵ A competição a qual Côrte se refere foi a 43ª edição da *WorldSkills Competition*, realizada em agosto de 2015, na cidade de São Paulo. Disponível em: <https://worldskills.org/>.

¹⁶ Em português, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

¹⁷ Sem indicação de fonte.

¹⁸ Embora não exclusivamente. Sabe-se do envolvimento explícito e intenso por parte dos setores empresariais no campo da educação pública em todos os níveis.

O ensino médio, que deveria ser a ponte para a educação tecnológica, para a universidade ou para o mundo do trabalho, está absolutamente distanciado da realidade do jovem no País. É preciso repensar o currículo e a forma de ensinar, de como trabalhar esse jovem para que ele se sinta comprometido com a educação e com seu futuro. Como a escola pouco dialoga com o mundo juvenil, temos uma evasão fantástica no ensino médio e um baixíssimo índice de aprendizagem. Entre os que terminam o ensino médio, somente 10% aprenderam o esperado em matemática. Em português, são 30%.

Ainda que Ramos aponte alguns problemas realmente existentes na educação formal dos jovens, como a grande evasão no ensino médio, ele não cita fontes para seu embasamento. Além disso, não ficam claros em seu argumento quais seriam os aspectos que tornam o atual modelo de escola não atrativo aos jovens. Convém ainda destacar a aparente contradição entre o discurso de Ramos com o de Fischer. Para o primeiro, o modelo educacional poderia, sim, direcionar os jovens para a universidade; já para o segundo, esse direcionamento seria um problema.

Diante disso, visualiza-se na revista a seguinte compreensão da FIESC acerca da educação básica: “A educação básica – como o próprio nome já diz – deve ser a base do processo de formação de recursos humanos, garantindo às pessoas condições de se qualificar para a vida produtiva” (FISCHER, 2013, p. 16). Corroborando com essa ideia, Arruda (apud FISCHER, 2013, p. 16) expõe o seguinte:

O que se espera é que a educação básica seja capaz de criar competências mínimas para a inserção na sociedade e no mercado, como leitura, escrita e fluência oral, além de desenvolver as capacidades intelectuais que nos tornam capazes de resolver problemas e inovar [...].

Ademais, o ensino básico, na visão dos industriais, precisaria de uma “reforma” objetivando a ampliação da escola em tempo integral, bem como de uma abordagem para a educação profissional e tecnológica favorável à retenção dos jovens na escola por mais tempo, garantindo-lhes uma formação mais sólida e conveniente para o mercado de trabalho (MARQUES, 2015b).

No que diz respeito ao ensino superior, encontramos uma matéria assinada por Luiz Carlos Cancellier de Olivo¹⁹ na qual defende uma articulação entre a academia e a indústria, de modo que os conhecimentos gerados pela primeira sejam apropriados pela segunda, favorecendo o aumento da competitividade. Para o autor, a universidade precisaria de uma “[...] sólida formação do capital humano, em todos os níveis, com a utilização de novos formatos pedagógicos e tecnologias educacionais, participação de profissionais da indústria nos seus laboratórios e programas de educação continuada” (OLIVO, 2016, p. 70).

O entendimento da FIESC, contrário a um suposto currículo excessivamente teórico, também é direcionado para as universidades; mais especificamente para os cursos de engenharia, como podemos observar na explanação de Marques (2015a, p. 26): “Hoje, os estudantes passam geralmente os dois primeiros anos de faculdade envolvidos com disciplinas teóricas, com pouca ou nenhuma vivência prática, embora sejam forçados a escolher já no vestibular entre mais de 30 especializações na carreira”.

¹⁹ À época, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Importante sublinhar o peso político que a opinião de uma figura pública, como o reitor, representa na consolidação da perspectiva educacional da FIESC.

A respeito dessa problemática dos currículos das universidades, a FIESC frisa a importância de “modernizá-los”, e menciona novamente o caso dos cursos de engenharia no Brasil. Para tanto, o empresariado industrial propõe

[...] o fortalecimento do vínculo entre a formação dos engenheiros e as demandas da indústria, criando disciplinas voltadas para a resolução de problemas práticos já nos primeiros anos de graduação e intensificando os estágios profissionais e a formação acadêmica em parcerias com empresas [...]. (MARQUES, 2015a, p. 26).

A questão do currículo das escolas básicas também é alvo de críticas na revista *Indústria & Competitividade*. Fischer (2013) relata que foi realizada uma ação da OCDE em Santa Catarina, em 2009, quando enviaram técnicos para avaliar e sugerir medidas estratégicas nas políticas educacionais do estado. Trabalho que resultou no documento “Avaliações de Políticas Nacionais de Educação: Estado de Santa Catarina, Brasil”, de 2010. O autor completa que essas medidas teriam sido acolhidas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), que então elaborou um relatório propondo políticas para a rede estadual de educação catarinense, dentre as quais a reformulação do currículo, pois a atual abordagem era “preponderantemente teórica”.

O referido relatório é intitulado de “Proposição de novos rumos para a qualidade da educação em Santa Catarina: visão do CEE sobre a avaliação da OCDE”, de 2012.

Em relação às recomendações da OCDE (2010, p. 128), destacamos a seguinte:

A discordância entre o número de matérias obrigatórias e o tempo disponível para a aprendizagem precisa ser solucionada. Ensino às pressas e aprendizagem superficial levam a resultados insatisfatórios. A equipe da OCDE constatou que o sistema de três turnos deixa pouquíssima margem de manobra para o aumento do tempo de permanência em sala de aula, e que as matérias obrigatórias são definidas predominantemente na esfera federal. [...] Se a carga horária não pode ser modificada por questões de ordem organizacional, o número de matérias obrigatórias e o conteúdo do programa devem ser reduzidos. Nesse caso, quanto menor, melhor!

Já o documento do CEE (2012, p. 26) de Santa Catarina, propõe, entre outras medidas,

a) definição dos conteúdos e práticas estruturantes para os diversos segmentos da educação básica; b) organização e desenvolvimento do currículo e conteúdos por área de conhecimento ou eixos aglutinadores, definindo temas, conteúdos e práticas estruturantes; c) abordagem dos conteúdos curriculares a partir de situações contextualizadas, associadas aos fundamentos científicos e às atividades práticas; [...].

Partindo então das ações da OCDE e do CEE de Santa Catarina, a reformulação do currículo da rede estadual de educação objetiva “[...] a formação de competências e habilidades a partir de situações contextualizadas, associadas a fundamentos científicos e atividades práticas [...]” (FISCHER, 2013, p. 24), atendendo, dessa forma, aos anseios do empresariado industrial.

Além dessas proposições para o currículo, há ainda outra que merece destaque: a inserção das competências socioemocionais. A justificativa seria de que as mudanças no mundo do trabalho, provocadas pela tecnologia, estabeleceriam novas exigências aos trabalhadores, impondo-lhes o desenvolvimento de novas competências. Diante disso, Côrte (2017, p. 3) defende que os jovens deveriam ser preparados não somente para que “[...] aprendam as disciplinas tradicionais e recebam conteúdo técnico de qualidade, mas para que também desenvolvam competências socioemocionais e se tornem mais criativos, cooperativos, responsáveis e abertos às novidades”.

Outro tema fundamental também comparece nas edições da revista *Indústria & Competitividade*, que é a questão dos professores. De acordo com a FIESC, existem quatro problematizações acerca da realidade educacional brasileira no que diz respeito aos professores: 1) um quarto dos professores que atuam na rede pública brasileira possui contratos temporários; 2) há pouca possibilidade de aumento salarial; 3) os professores estão sujeitos à violência (física ou verbal) por parte dos estudantes; 4) pouco mais da metade dos professores do ensino médio das redes pública e privada possuem formação em licenciatura para as disciplinas que ministram (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2017). Sem mais detalhes, fazem referência a um levantamento do Movimento Todos pela Educação como fonte para tais informações.

Dentre as proposições da FIESC, para os professores, encontram-se as que objetivam “[...] maior qualificação dos professores e a criação de ambientes mais atrativos para o desenvolvimento profissional” (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2017, p. 57); bem como a política de “[...] remuneração de professores com base em resultados” (FISCHER, 2013, p. 19). Em 2017, a carreira de professor é eleita pauta central no Movimento Santa Catarina pela Educação, que cita como atividades desenvolvidas nesse âmbito a realização de seminários e cursos de formação continuada para professores da rede pública estadual e municipal catarinense, mediante o enfoque no conceito de educação integral, que contempla as competências socioemocionais.

Diante dessa compreensão em torno dos rumos da educação, em todos os níveis e modalidades, fica patente a reflexão de natureza intrínseca à sociabilidade burguesa. Portanto, o currículo escolar e a formação dos professores têm sido pauta constante nas formulações do patronato destinadas à formação da classe trabalhadora, particularmente na educação pública. Na contramão dessa apologética, no que compete ao currículo escolar, a formulação de Ramos (2006, p. 221) é esclarecedora:

No plano pedagógico testemunha-se a organização e a legitimação da passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares a um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações e tarefas específicas. Essas competências devem ser definidas com referência às que os alunos deverão ser capazes de compreender e dominar. Em síntese, em vez de se partir de um corpo de conteúdos disciplinares existentes, com base na qual se efetuam escolhas para cobrir os conhecimentos considerados mais importantes, parte-se das situações concretas, recorrendo-se às disciplinas na medida das necessidades requeridas por essas situações.

Mais recentemente, como uma espécie de desdobramento da pedagogia das competências, não por acaso está em voga as chamadas “competências socioemocionais”, cuja base estaria assentada nas características da personalidade humana. Katrein (2018, p. 104) ao referir-se a essas competências revela que:

[...] apresentam uma importante dimensão moralizante, omitindo causas sociais de diferentes fenômenos e depositando nos jovens a responsabilidade pela solução da violência, do uso de álcool, tabaco e outras drogas, da obesidade, depressão e outros problemas de saúde. Tal psicologização das questões sociais tem a função de forjar a coesão social, formando subjetividades adaptáveis, não só submetidas ao projeto do capital, mas a construção de uma mentalidade que o legitime para conservar a unidade ideológica de todo o bloco social e garantir a hegemonia das concepções de mundo da classe dominante.

Sobre “qualificar” os professores, Domelas e Martins, em um estudo abordando a formação continuada de professores a partir da articulação entre a Fundação Vale, o Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (CEDAC) e secretarias

municipais de educação, revelam que “[...] a Fundação Vale, de maneira sutil, difunde novas referências pedagógicas para transformar os trabalhadores da educação em difusores e organizadores da concepção dominante de mundo por meio do trabalho pedagógico realizado no âmbito escolar” (DORNELAS; MARTINS, 2013, p. 126). Ainda segundo os autores, “O complexo formado pela Fundação Vale e CEDAC é somente um dos sujeitos políticos coletivos que atuam na difusão de um novo senso comum na educação e na política” (DORNELAS; MARTINS, 2013, p. 126). Ou seja, assim como a Vale e o CEDAC, também consideramos a FIESC e o Movimento Santa Catarina pela Educação como difusores da concepção dominante de mundo, qual seja, que a suposta classe empresarial seria a única “[...] capaz de dirigir a sociedade para o crescimento econômico com desenvolvimento social” (DORNELAS; MARTINS, 2013, p. 126).

Embora não seja nova a defesa de um determinado *éthos* educacional por parte do patronato, esse é sempre cambiável, posto que sujeito aos distintos momentos históricos do movimento do capital e suas implicações na conjuntura econômica e política. Atualmente apresenta-se sob um novo invólucro: o manto mitificador do “empreender & protagonizar” (SILVA, 2019). Um processo de domesticação, sem precedentes, e em grande escala, da formação da juventude trabalhadora. Para a autora (SILVA, 2019, p.16),

Detrás dessa apologética se escondem ao menos três momentos das contratendências vinculadas diretamente à produção e reprodução da força de trabalho no contexto de crise do capital: a intensificação da exploração do trabalho; a redução dos salários; e a constituição de uma superpopulação relativa. [...] Em lugar das garantias e direitos vem a retórica de que o trabalhador deve explorar suas potências para fazer o seu próprio caminho. Aponto também a redução dos salários diretos e indiretos quando o Estado (que é sempre do capital) transfere para o próprio trabalhador o ônus de sua reprodução, ratificando o engodo de que o indivíduo deve ser protagonista de suas próprias “escolhas” e empreender a si mesmo. E, para fechar, faço menção à crescente dispensa de parcelas de trabalhadores, privados do emprego como forma jurídica de contrato e lançados à própria sorte, constituindo e renovando a superpopulação relativa [...].

Agrega-se ao contexto explicitado o importante alerta de Silva (2019) quando afirma que a questão inexorável para o capital é a manutenção de uma força de trabalho relativamente supérflua²⁰, mas sem que o desalento, próprio dessa condição, ameace a disposição da classe trabalhadora em pôr sua mercadoria (força de trabalho) à venda de forma servil, garantido uma disponibilidade submissa *ad aeternum* (SILVA, 2016). No entanto, adverte: “Por óbvio, no sistema do capital, não é dado aos trabalhadores poder algum de escolha, uma vez que sua existência depende rigorosamente da venda dessa mercadoria” (SILVA, 2019, p.17).

Assim sendo, faz todo o sentido o enquadramento da educação aos ditames do capital. Para Rodrigues (2007), a burguesia encara a educação escolar sob duas formas: educação-mercadoria e mercadoria-educação. A respeito da primeira, trata-se da educação enquanto mercadoria-fim, ou seja, a partir da venda de serviços educacionais. Já a segunda visa à educação enquanto mercadoria-insumo necessária à lógica de produção de outras mercadorias. Em uma análise mais recente, Mello e Gawryszewski (2020), sustentados no repertório categorial de Marx para analisar a sociedade

²⁰ Marx (2011, p. 733), “[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”.

capitalista, ressaltam que a força de trabalho, como fonte que gera valor, é essencial para alavancar o processo produtivo. Assim, quanto mais a formação dessa força de trabalho estiver inclinada a “[...] gerar valor nas condições que lhe é proporcionada, menor seriam os custos para os capitalistas em treinar, adaptar e forjar subjetiva e objetivamente que esse trabalhador atenda aos requisitos daquele determinado processo produtivo” (MELLO; GAWRYSZEWSKI, 2020, p. 2). Isso explica a relação que vem sendo fortemente construída entre educação e aumento de produtividade.

É inegável que a crise do capital impõe, aos detentores dos meios de produção, encontrar soluções de toda ordem com vistas a aumentar a produtividade do trabalhador, condição *sine qua non* para garantir os níveis de extração da mais-valia e assim assegurar o processo de reprodução e ampliação da acumulação capitalista. Tarefa que a FIESC se empenha com esmero no âmbito catarinense, cuja viabilidade tem colocado na ordem do dia um conjunto de contrarreformas, como a trabalhista²¹, a lei da terceirização²² e a da previdência²³, sistematicamente defendidas pela entidade. No que tange ao objeto de discussão do artigo em tela, as contrarreformas no âmbito educacional, obviamente, também estão na mira da FIESC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante considerar que os dados de pesquisa que serviram de base ao presente artigo foram coletados majoritariamente em um período que antecede à contrarreforma²⁴ do ensino médio, ocorrida em 2016, até o primeiro ano pós-contrarreforma. Isso significa que o debate apresentado na revista *Indústria & Competitividade* já estava completamente imbuído desse espírito de que a educação deve alinhar-se às novas exigências do chamado ‘setor produtivo’, tanto no que se refere ao conteúdo do ensino (cada vez mais rebaixado) quanto aos aspectos atitudinais (indivíduo cada vez mais adaptado) requeridos pelos processos de precarização das condições de trabalho e emprego. A contrarreforma do ensino médio viria para responder, com rigor, a tais demandas.

Pela discussão aqui proposta procurou-se compreender a FIESC enquanto um aparelho privado de hegemonia da burguesia, que visa empregar e difundir sua visão de mundo para a sociedade. Dentre os seus ideais, veiculados por meio da revista *Indústria & Competitividade*, estão as formulações educacionais para a classe trabalhadora, sintetizadas nos seguintes eixos: qualidade da educação; escolaridade e produtividade dos trabalhadores; modelo de educação; currículo das escolas e das universidades; e professores.

²¹ Ver em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/opiniao-modernizacao-trabalhista-e-inclusao>.

²² Ver em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/regulamentacao-da-terceirizacao-e-avanco-para-empresas-trabalhadores-e-para-economia>.

²³ Ver em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/setor-produtivo-de-sc-emite-manifesto-de-apoio-reforma-da-previdencia>.

²⁴ Entende-se ‘contrarreforma’, em concordância com outros autores marxistas, como termo mais apropriado para indicar o caráter regressivo na revisão das leis e emendas constitucionais, visando à retirada de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora; em contrapartida ao termo ‘reforma’, que se refere a mudanças estruturais nos marcos do liberalismo a fim de efetivar e assegurar direitos da classe trabalhadora, esses, obviamente, sempre limitados à ordem do capital.

Observa-se como a FIESC apresenta-se como um ‘ator’ no papel de ‘elevar’ a escolaridade dos trabalhadores a partir da palavra de ordem de que o Brasil precisaria, para continuar crescendo, investir no aumento da produtividade do trabalhador por meio da educação. Fischer (2013, p. 19), importante intelectual colaborador da revista *Indústria & Competitividade*, aponta o seguinte sobre a educação:

A correção desse rumo não é atribuição exclusiva do setor público, e a indústria faz a sua parte. O Sistema FIESC lançou, no final do ano passado, [em 2012], o movimento A Indústria pela Educação, para fomentar entre as empresas a formação e qualificação de trabalhadores e de integrantes das comunidades onde estão instaladas [...].

Ainda segundo esse colaborador, a atuação da FIESC é apurada a partir de relatos de experiências de programas educacionais desenvolvidos por empresas para formar e qualificar seus trabalhadores. Alguns desses programas são realizados em parceria com o Sistema FIESC, por meio do SESI, SENAI e IEL; ao passo que outros são efetuados a partir de formulações das próprias indústrias (FISCHER, 2013).

Inclusive, uma segunda demonstração de como a FIESC exerce seu papel de educar a classe trabalhadora é verificada com base no alargamento das atividades desenvolvidas pelas entidades SESI, SENAI e IEL. Segundo Fischer (2013), o SESI obteve 95500 matrículas em seus cursos em 2012; o SENAI teve grande expansão no estado catarinense passando de 2500 matrículas em 1998 para aproximadamente 20 mil em 2013, ofertando programas de aprendizagem industrial e iniciação profissional, além de cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional, cursos técnicos, de graduação e pós-graduação.

Cabe assinalar, do exposto até aqui, que a interferência do empresariado na educação mediante formulações de políticas educacionais – via de regra, rigorosamente incorporadas nas incontáveis contrarreformas operadas pelo Estado restrito – tem um papel a cumprir, e esse está longe de coincidir com uma educação na perspectiva emancipatória. E isso pelo simples fato de que ao capital só interessa a educação para o capital. Após tal afirmação, evocando Lenin (2013) e toda a tradição marxista, em especial Gramsci, devemos proceder aos embates, e seus enfrentamentos táticos, em um patamar no qual a insígnia da luta do setor público *versus* setor privado não seja reduzida a uma oposição de ‘setores’, em que negligencia um elemento central: o Estado, na sociedade capitalista, é do capital. Esse se configura pelo Estado político e todo o seu aparato governativo e pelos aparelhos privados de hegemonia, conforme já apontado, atuando de forma orgânica no que Gramsci entende como o Estado integral.

Assim sendo, os trabalhadores da educação, especialmente organizados em seus respectivos sindicatos, serão capazes de organizar e articular a resistência ativa, e suas mediações táticas, se deslocando da luta estritamente econômica em direção à luta política. A defesa do público, ainda que dentro dos limites burgueses, deve apontar para o horizonte estratégico de superação do Estado do capital. As formulações do patronato, representado pelo ‘setor privado’ de um lado, e as do chamado ‘setor público’, do outro, não podem ser reduzidas às suas divergências imediatas e aparentes, mas precisam ser apreendidas especialmente na complexidade do Estado integral, que, na sociedade de classes, é o Estado do capital.

REFERÊNCIAS

- BIANCHI, Alvaro. Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos Quaderni del carcere. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 12, p. 35-55, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27903603>. Acesso em 9 jan. 2021.
- BRANDÃO, Vladimir. O despertar do capital humano. **Indústria & Competitividade**, Florianópolis, n. 11, p. 26-45, 2016.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Proposição de novos rumos para a qualidade da educação em Santa Catarina**: visão do CEE sobre a avaliação da OCDE. Florianópolis: DIOESC, 2012.
- CÔRTE, Glauco José. Desafios e realizações. **Indústria & Competitividade**, Florianópolis, n. 3, p.3, 2013.
- CÔRTE, Glauco José. Oportunidades batem à porta. **Indústria & Competitividade**, Florianópolis, n. 13, p. 3, 2017.
- DORNELAS, L. G.; MARTINS, A. S. A parceria como ferramenta de ação empresarial na definição da política de formação continuada de professores. **EccoS**, São Paulo, n. 30, p. 113-128. jan./abr. 2013. Disponível em: <http://4www.redalyc.org/pdf/715/71525769007.pdf>. Acesso em 27 jan. 2021.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **FIESC**: relatório anual 2017. Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/uploads/recursos/1910046d1b302c8cb43e7c0d62741568.pdf>. Aceso em 12 fev. 2021.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **FIESC 65 anos**: o passo à frente da indústria catarinense. 2. ed. Florianópolis: Editora Expressão, 2015. Disponível em: <https://issuu.com/fiescpublicacoes/docs/ebook-fiesc-65-anos>. Acesso em 8 jan. 2021.
- FISCHER, Diógenes. Sem gente instruída não há indústria competitiva. **Indústria & Competitividade**, Florianópolis, n. 1, p. 15-37, 2013.
- GERES, Mauro. Produtividade é com a gente. **Indústria & Competitividade**, Florianópolis, n. 8, p. 50-54, 2015.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 258. v. 3.
- INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE**. Florianópolis, n. 1, 2013.
- INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE**. Florianópolis, n. 10, 2016.
- INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE**. Florianópolis, n. 12, 2017.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Sobre o Estado**: conferência de Lenin em 1919 na Universidade Sverdlov. São Paulo: Edições ISKRA, 2013, p. 13-37.
- LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci**, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 173-188.
- KATREIN, Camila. **Os Programas de Aprendizagem Profissional e o projeto do capital para a juventude trabalhadora**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- MARQUES, Fabrício. Lugar de estudantes também é na fábrica. **Indústria & Competitividade**, Florianópolis, n. 6, p. 26-31, 2015a.
- MARQUES, Fabrício. Os jovens “têm-têm” dão o exemplo. **Indústria & Competitividade**, Florianópolis, n. 7, p. 50-55, 2015b.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. v. I, livro I.
- MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 25. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011. v. II, livro I, p. 713-824.

MELLO, Livia M de; GAWRYSZEWSKI, Bruno. A agenda da produtividade da Confederação Nacional da Indústria: qual o papel da (contra) reforma do ensino médio? **REVISTA PEDAGÓGICA** Chapecó, v. 22, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4746>.

MENDONÇA, S. R. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, 2014. Disponível em: http://www.jurupari.unir.br/uploads/36363636/arquivos/MENDON_A__S_601963219.pdf. Acesso em 6 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Avaliações de políticas nacionais de educação**: Estado de Santa Catarina, Brasil. [S.l.], 2010.

OLIVO, Luiz Carlos Cancellier de. Desafios para aproximar academia e indústria. **Indústria & Competitividade**, Florianópolis, n. 10, p. 70-70, 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, Mozart Neves. Pé no acelerador da educação. **Indústria & Competitividade**, Florianópolis, n. 4, p. 6-8, 2014. [Entrevista]

RODRIGUES, José. Frações burguesas em disputa e a educação superior no governo Lula. **Revista Brasileira de Educação (Impresso)**, v. 12, p. 120-136, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27503410>. Acesso em 15 fev. 2021.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial**: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998.

SILVA, Mariléia Maria da. O capital e a fonte da juventude. In: Luciana Pedrosa Marcassa; Soraya Franzoni Conde; Sandra Luciana Dalmagro. (Org.). **Juventude pobre e escolarização**: trabalho, cultura e perspectivas de futuro nos territórios do maciço do Morro da Cruz. Florianópolis: Editoria em Debate, 2019, p. 11-20.

SILVA, Mariléia Maria da. Geração à deriva: jovens nem nem e a superfluidade da força de trabalho no capital-imperialismo. **Revista de Educação Pública**, v. 25, p. 119, 2016.

TEIXEIRA, Rodrigo Kaufmann. **A concepção educacional da Federação das Indústrias do Estado De Santa Catarina (FIESC)**: uma análise da revista Indústria & Competitividade (2013-2018). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

Data da submissão: 01/05/2022

Data da aprovação: 25/08/2022